



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO – ANO 2004

A apresentar à Assembleia Geral Ordinária de 21-03-2005

A Direcção que apresenta este Relatório à Assembleia Geral encontra-se em funções desde meados de Janeiro de 2005, não tendo participado nos actos que o fundamentam. Não deixa, por isso, de ser responsável pela sua apresentação. No entanto, para que tal fosse possível, tivemos que contar com a enorme disponibilidade da anterior Direcção, em particular, através da pessoa do seu Presidente, que aceitou participar na redacção do Relatório. De outro modo, o Relatório que hoje aqui vos trazemos teria sido, em grande medida, diferente e menos qualificado. À Direcção anterior começamos por deixar o nosso agradecimento.

Durante o ano de 2004 os microcréditos obtidos através da ANDC foram em menor número do que no ano anterior, facto com que não contávamos e que os resultados do I Trimestre não deixavam antever. Em contrapartida, o final do ano caracterizou-se por um nível de grande afirmação pública da ANDC, quer por esta ter sido reconhecida como instituição de utilidade pública, quer pelo impacto conseguido pela Conferência Nacional.

A atenção dada à revisão dos métodos de trabalho da Equipa Técnica, o facto da divulgação ter, em grande parte, sido cometida aos Agentes de Microcrédito numa fase em que estes estavam pressionados a melhorarem o acompanhamento dos microempresários e a absorção da Direcção na preparação da Conferência Nacional durante o final do II Trimestre, não explicam, por si só, a redução da procura do microcrédito registada em 2004. Ao fim de seis anos de trabalho e após imensos debates internos e a adopção de várias estratégias diferenciadas, não dispomos de certezas quanto a formas seguras de suscitar esta procura. É certo que a visibilidade pública através dos *media* produz resultados, mas esta não é uma acção que se possa manter de forma permanente. É também certo que em áreas em que dispomos de uma relação forte com um parceiro local

que assume o microcrédito como instrumento do seu trabalho junto de populações desfavorecidas, a procura é substancialmente mais elevada. Para além destas duas certezas, não podemos retirar das múltiplas acções ensaiadas garantias seguras quanto à sua repercussão no crescimento do interesse por parte de candidatos ao microcrédito.

Seguro é também o facto de termos conseguido afinar a nossa comunicação. Neste nível uma leitura rápida dos dados abaixo referidos no ponto “Divulgação” pode levar-nos a conclusões erradas. De facto, seríamos levados a considerar que teríamos mantido (ou até elevado) o rácio histórico (que tem sido inferior a 20%) de microcréditos concedidos/contactos havidos, o que não é totalmente verdade, na medida em que, cada vez mais, quem entra em contacto com a ANDC vem mesmo à procura de um apoio à criação de uma microempresa e está dentro das condições requeridas para poder candidatar-se a um microcrédito. O facto do rácio em 2004 ser semelhante ao anteriormente verificado deve-se a duas ordens de razões: ao aumento da nossa exigência quanto à viabilidade do negócio e aos receios de quem os quer promover (em face da conjuntura económica depressiva); e à inusitada concentração dos contactos nos últimos meses do ano, o que determina que em finais de Dezembro houvesse ainda muitos casos em análise e constituição.

No final de 2004, a ANDC demonstrou a sua vitalidade enquanto associação, ao eleger novos corpos sociais, sendo os presidentes dos órgãos, associados que exercem o cargo pela primeira vez.

Analisando mais em pormenor a actividade desenvolvida em 2004, gostaríamos de salientar, em relação a cada um dos pontos mais significativos, os seguintes aspectos:

1. Microcréditos

Os **67 novos microcréditos** realizados correspondem a **68 postos de trabalho criados** e representam **316 705 Euros** de crédito concedido. Tais resultados, quando comparados com 2003, mostram um decréscimo de 26% no número de empréstimos concedidos e de 20% no crédito concedido.

Relativamente aos microcréditos que conheceram problemas de pagamento, a Direcção tomou decisões quanto à mobilização do fundo de garantia e dos fiadores, tendo conseguido recuperar algumas situações. Em função destas decisões e das negociações, com os microempresários em falta e com o banco, é provável que o recurso ao fundo de garantia cresça substancialmente em 2005. Apesar de alguma melhoria, a obtenção da informação relevante prestada pelo Millennium/BCP continuou a não ser tão célere quanto seria necessário para um acompanhamento eficaz do ritmo de pagamento das mensalidades.

Para concretizar os 67 empréstimos realizámos **513** contactos, **339** entrevistas preliminares, instruímos **127** processos de negócio e apresentámos **74** propostas de empréstimo às Comissões de Crédito

2. Associados

No final de 2004 éramos **307** associados, o que traduz um acréscimo de **2%** em relação a Dezembro de 2003. O pequeno aumento do número de associados ficou, em parte, a dever-se ao facto de por decisão da Assembleia Geral terem perdido essa qualidade todos os que em 2004 tinham duas quotas anuais em atraso e, após terem recebido comunicação de que se encontravam na iminência de não poderem continuar a ser associados, não regularizaram a sua situação. Assim foram admitidos 31 associados e perderam essa qualidade 25.

De forma permanente, 50 sócios acompanharam de perto o trabalho da ANDC, integrando os corpos sociais, as comissões de crédito e a Equipa Técnica, apoiando directamente alguns microempresários, participando em encontros de divulgação, ou colaborando sob outras várias formas de voluntariado. Outros

associados participaram activamente na preparação e no apoio à realização da Conferência Nacional.

3. Direcção

A Direcção reuniu 12 vezes, em Lisboa e no Porto, tendo sido lavrada Acta de todas as reuniões. Acompanhou de perto o trabalho do Coordenador dos Agentes de Microcrédito, bem como destes, manteve relações com o IEFP e o Millennium/BCP, com o Secretário de Estado do Trabalho, representou a ANDC em diversos seminários, conferências e encontros e, na sua qualidade de membro do *Board* da Rede Europeia de Microfinanças (REM), esteve presente nas quatro reuniões realizadas durante o ano.

De acordo com as necessidades sentidas, a Direcção elaborou diversas Notas em ordem ao melhor enquadramento do trabalho dos Agentes de Crédito.

É, ainda, de referir que, no final do ano, se iniciaram contactos com especialistas, com vista à criação de uma base de dados com informação integrada e relacional, e à informatização dos produtos e processos. No futuro, estas iniciativas exigirão um envolvimento financeiro significativo.

4. Voluntariado

Tiveram lugar em Lisboa três reuniões alargadas com associados que haviam manifestado disponibilidade de tempo para apoiar o desenvolvimento da Associação, além de várias outras reuniões individuais. Para além do acompanhamento de micronegócios em fase madura, os associados prestaram trabalho voluntário em áreas ligadas à formação da Equipa Técnica, à melhoria da “performance” do equipamento informático, traduções e apoio ao trabalho de expediente e secretariado. Representaram também a ANDC em encontros europeus relacionados com a temática do empreendedorismo e do desenvolvimento local

5. Equipa Técnica

A Equipa Técnica (o Coordenador dos Agentes de Microcrédito, o Secretário Geral, quatro Agentes a tempo inteiro, dois Agentes a tempo parcial e uma Secretária) reuniu mensalmente, contando com a presença de pelo menos um dos membros da Direcção. Além de permitirem passar em revista os factos mais relevantes do trabalho dos Agentes de Microcrédito, estas reuniões foram sendo preparadas em torno de uma temática escolhida previamente, para o aprofundamento da qual foram, algumas vezes, solicitados contributos especializados de alguns associados.

Em Novembro, deixámos de contar com a colaboração de Nuno Rodrigues (agente de Microcrédito no Porto) que foi, posteriormente, substituído por Marta Mucha. Realizaram-se duas acções de sensibilização a matérias da área de contabilidade e uma relativa às formalidades jurídicas e fiscais no âmbito das actividades dos microempresários.

Dois Agentes, o Secretário Geral e um membro da Direcção participaram em acções de formação no âmbito da REM.

6. Comissões de Crédito

Ao longo de 2004 as três Comissão de Crédito conheceram alguma evolução na sua composição, passando, cada uma, a ser composta por cinco associados. Ao todo, as três CC reuniram **30** vezes tendo aprovado **74** propostas de concessão de empréstimo, recusado **1** proposta e solicitado a reformulação de **9** projectos. Por razões diversas, mas sempre aceites por nós, o Millennium/BCP recusou o financiamento de **5** candidaturas.

7. Divulgação

As prioridades da divulgação no terreno foram sendo determinadas pelos Agentes de Microcrédito responsáveis pelas diferentes áreas territoriais, tendo também sido desenvolvidas acções em resposta a solicitações de entidades terceiras. O primeiro nível de actuação carece ainda de uma planificação mais consistente e de uma atenção mais permanente por parte dos Agentes de Microcrédito.

No III Trimestre, a Direcção encomendou uma acção de distribuição na zona de Lisboa de algumas dezenas de milhares de prospectos destinados a suscitar o interesse de eventuais microempresários, mas os resultados da iniciativa foram francamente desencorajadores. Já no IV Trimestre foram distribuídos pelos principais Centros de Emprego do país, com o apoio do IEFP, cartazes alusivos ao microcrédito. Desta acção resultaram diversos contactos.

A Direcção, além de ter participado nas acções de divulgação com carácter mais institucional, deu particular atenção à presença da ANDC nos *media*, sobretudo no período antecedente à realização da Conferência Nacional, momento em que jornais, revistas, televisões e rádios divulgaram numerosos artigos, reportagens e entrevistas sobre o microcrédito.

A renovação, novo domínio e permanente actualização do “site” vieram dar-lhe outra projecção como ferramenta de divulgação da ANDC e do microcrédito.

8. Publicações

O Boletim conheceu cinco edições, sendo cada número enviado a perto de mil pessoas e entidades. Editaram-se também duas Folhas Informativas. Em 2004 procedeu-se à reedição de diversos materiais de divulgação e editou-se um caderno especial sobre os cinco anos de microcrédito em Portugal, além de um desdobrável específico para angariação e novos associados.

9. Parcerias internas e externas

A ANDC manteve a sua parceria activa em dois projectos Equal (Câmara de Loures e Aliende) e noutro sobre microfinanças (Oikos). A ANDC assinou diversos acordos com instituições locais de índole diversa.

No campo externo, reforçámos a nossa relação com a Rede Europeia de Microfinanças, cujo Board esteve presente na Conferência Nacional e reuniu uma vez em Lisboa.

10. Conferência Nacional

Realizada no início de Novembro, a Conferência Nacional, que contou com a participação de mais de 250 pessoas, foi um momento de especial relevo no ano de 2004, quer para o microcrédito, quer para a nossa Associação. O seu lançamento, documentos principais, conclusões e balanço foram amplamente divulgados pela Direcção em sucessivos Boletins, pelo que nos resta agradecer aos numerosos associados que a tornaram possível e esperar que a abertura a vários sectores que ela permitiu, bem como o interesse que ela suscitou, se prolonguem por 2005.

11. Ano Internacional do Microcrédito

O lançamento do Ano Internacional do Microcrédito (AIM) a 18 de Novembro coincidiu praticamente com a dissolução da Assembleia da República, o que tornou difícil que o Governo tomasse a decisão de criar uma Comissão Nacional para a coordenação de iniciativas neste âmbito, o que não chegou a acontecer até ao fim do ano. Em consonância com a REM, a ANDC divulgou um comunicado de imprensa sobre o AIM. A plataforma criada na Conferência Nacional constitui uma boa base para a dinamização da semana europeia do microcrédito (Abril de 2005).

12. Contas do exercício

Como se demonstra no Balancete Económico-Financeiro, terminámos o ano com resultados positivos de 2 355 euros, fruto de uma gestão prudente. A despesa total ascendeu a 344 mil euros (mais 345% do que em 2 003, aumento em grande parte motivado pelos custos da realização da Conferência Nacional e pelo aumento da provisão para encargos com projectos aprovados) enquanto as receitas atingiram 346 mil Euros (mais 9% do que no ano anterior). O montante de quotas recebido cresceu 55%, enquanto os “Proveitos Diversos” registaram um aumento de 33%, por efeito de serviços prestados a outras instituições.

No capítulo da despesa (e sempre em comparação com a execução de 2 003), os custos de Pessoal cresceram 4%, os relativos a Colaboradores Diversos 58% (passámos a contar, durante todo o ano, com um Coordenador dos Agentes de Microcrédito e de um Agente de Microcrédito a tempo parcial no Algarve).

Em termos globais, os “Custos Fixos Centrais” apresentam um crescimento de 4% em relação a 2003. O acréscimo significativo dos “Custos Variáveis Totais” ficou a dever-se a despesas com actividades de formação, com a realização da Conferência Nacional e com a provisão para despesas com o Ano Internacional do Microcrédito. A provisão para o Fundo de Garantia (15 835,27€) corresponde a 5% do crédito concedido durante o ano, tal como o estipula o acordo que rege as nossas relações com o Millennium/BCP. A Provisão para Encargos com Projectos Aprovados, corresponde à aplicação de uma norma de prudência tendente a cobrir riscos potenciais de insuficiência de receitas, que aumentam proporcionalmente ao volume do crédito concedido.

A estrutura das nossas receitas manteve-se semelhante à de anos anteriores: o apoio do IEFP representa um pouco mais de 90% da receita. Na despesa, a estrutura variou sensivelmente, devido a custos da realização da Conferência Nacional. Assim, os grandes agregados passaram a representar: Pessoal e Colaboradores Diversos - 49% do total; Transportes e Deslocações - 11%;

Telecomunicações e Correio - 5%; e Rendas das instalações - 3 %; Acções de Formação e Seminários - 3%. A Conferência Nacional pesou em 9 % do total dos custos de 2004.

A Direcção propõe que os resultados do corrente ano sejam destinados a reservas livres, tendo em vista o reforço dos capitais próprios da Associação.

Uma última palavra para expressar o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado pela anterior Direcção, em especial aos membros que passaram a ter outras ocupações que permitiu, simultaneamente, colocar a ANDC em níveis de reconhecimento social e institucional que dificilmente imaginávamos algum tempo atrás e fazer da ANDC uma estrutura de competências que, também, não encontra par no panorama português.

Lisboa, 14 de Março de 2004

A Direcção da ANDC

(Manuel Brandão Alves)

Presidente

(Maria Adelaide Ruano)

Secretária

(Isabel Pinto Correia)

Tesoureira

(Manoel Baptista Pombal)

Vogal

(José Maria Azevedo)

Vogal